

A INSTITUCIONALIDADE DAS LITERATURAS AFRICANAS COMO PROBLEMA FILOSÓFICO

Luís Kandjimbo (Universidade Gregório Semedo)ⁱ

RESUMO

A partir da Filosofia da Literatura, problematiza-se o carácter institucional das Literaturas Africanas, tanto como instituição literária e quanto como instituição académica. Traz-se, para tanto, a Teoria institucional, sob uma conceção sociológica e sob uma conceção pragmática ou analítica da literatura. Trata-se de questões como monismo e pluralismo das interpretações da literatura e vislumbra-se a textualidade e o texto oral. Discute-se também o posicionamento crítico de Wittgenstein e Quine contra o sectarismo filosófico. Finalmente, discorre-se sobre a Filosofia Analítica e instituição literária em África, sobre Filosofia da Literatura e texto oral, a fim de posicionar-se quanto a seguinte pergunta: o que são as Literaturas Africanas?

Palavras-chave: Filosofia da Literatura; Wittgenstein; Quine; Literaturas africanas.

A enunciação dos problemas atinentes ao ensino das Literaturas Africanas implica, no plano da análise, o exame atento das propriedades que caracterizam a instituição literária e a instituição académica no âmbito mais geral da epistemologia disciplinar, não sendo consistente o argumento segundo o qual a abordagem da institucionalização dos estudos literários nas universidades configura uma subclasse da investigação sociológica, por isso, irrelevante para a clarificação do conceito de literatura (cf. LAMARQUE, 2009). Nesta medida, o núcleo da presente problematização reside no carácter institucional das literaturas produzidas no continente africano, à luz de orientações que obedecem aos protocolos de uma investigação realizada no domínio da Filosofia da Literatura, esta emergente região do conhecimento onde a noção de institucionalidade traduz a densidade problemática da instituição literária. De um modo geral, o estudo da instituição literária e da instituição académica anda associado à sociologia da literatura e à sociologia da educação, respetivamente, conferindo-se particular relevo à dimensão empírica do facto literário. Na Europa, os avanços no capítulo da elaboração de uma teoria da instituição literária no domínio da sociologia são tributários de trabalhos diversos autores, entre os quais Pierre Bourdieu e Jacques Dubois. Mas o que aqui pretendemos é deslocar o foco, privilegiar a tematização filosófica daquelas duas instituições e das práticas a que dão lugar. Por essa razão, a institucionalidade literária no sentido mais alargado será tratada do ponto de vista da Filosofia da Literatura, um ramo que se autonomiza no campo disciplinar da Filosofia da Arte, distinguindo-se pelo seu objeto de estudo que consiste em examinar conceitos, convenções e práticas produzidos a partir de um centro de gravidade definido pelo conceito de literatura e texto literárioⁱⁱ. Entre as convenções da prática literária

podemos identificar aquelas que são intrínsecas aos processos do ensino da literatura. Para Stein Haugon Olsen (2005) existem dois tipos de convenções: as convenções constitutivas e as convenções reguladoras. As “convenções constitutivas” definem a literatura e a obra literária, produzindo as suas alterações efeitos no tipo de prática literária. E das modificações que possam ocorrer nas “convenções reguladoras” não resultam consequências que afetem a natureza da literatura. Stein Haugon Olsen elabora um conceito institucional de literatura separando as águas entre a concepção sociológica e a concepção pragmática ou analítica. Inspirando-se fortemente na Filosofia Analítica ortodoxa euro-americana, fornece argumentos com os quais defende o conceito analítico de literatura e faz a apologia da teoria institucional da literatura, refutando as objeções empiristas que apontam o facto de ela não permitir dar conta da diversidade de abordagens existentes. Ora, Olsen considera que a existência de uma pluralidade de práticas institucionais não impede a constituição de um quadro de conceitos e regras que estabelece as condições necessárias à identificação da literatura, por força de uma lógica unitária. Ao abordarem o conceito institucional de literatura, quando examinam a prática literária, Peter Lamarque e Stein Haugon Olsen (1994, p. 255-256) observam:

For it may be argued that the concept of literature too is an institutional concept, a concept that is defined within a practice involving authors (as producers), texts, and readers. There are no syntactic, semantic, or even more loosely ‘rhetorical’ features of a text that define it as a literary work. A text is identified as literary work by recognizing the author’s intention that the text is produced and meant to be read within the framework of conventions defining the practice (constituting the institution) of literature. With a formulation parallel to that used in our discussion of fiction we can say that this intention is the intention to invoke the literary response.

Os limites do espaço ocupado pela instituição literária são definidos por uma moldura de convenções. Este exercício realizado por Peter Lamarque e Stein Haugon Olsen não permite identificar a instância de que procedem as convenções constitutivas e as regras que regulam a prática literária e legitimam o uso do conceito institucional de literatura. Com razão, Anders Pettersson (2005, p. 115-117) critica Lamarque e Olsen pela imprecisão da “ideia de prática literária”, além de acusá-los de terem falaciosamente pretendido fornecer um único conceito de literatura e uma instância legitimadora do conceito unificado. O paradigma argumentativo da teoria institucional da literatura de Lamarque e Olsen revela fragilidades que decorrem de uma adoção dogmática do princípio do absoluto literário, anulando a importância da investigação empírica. Por outro lado, verifica-se que a produção das convenções constitutivas não é atribuída a qualquer indivíduo ou comunidade. Faz-se apenas uma alusão tácita e difusa à

identidade do sujeito. Nesta medida, a instância de que emanam tais convenções reduz-se à capacidade de operar com os referidos conceitos e convenções que definem a literatura e a obra literária, sendo ao mesmo tempo critério que determina a qualidade de membro dos integrantes da comunidade que está na origem da instituição literária, por força da obediência às regras que regulam a prática literária em que tomam parte. Não é a perspectiva de Stanley Fish (1980), que identifica tal instância como sendo um sujeito coletivo que produz as convenções constitutivas da literatura ao qual atribui igualmente a responsabilidade de construir estratégias interpretativas. Assim se justifica que Stein Haugon Olsen articule um argumentário para refutar a “teoria das múltiplas comunidades interpretativas” de Stanley Fish, extensamente explicada num livro publicado em 1980, com o qual constrói uma argumentação em defesa da noção de comunidades interpretativas e estratégias interpretativas. É com Stanley Fish que Stein Haugon Olsen (2005, p. 27) trava o debate através do qual desvenda a oposição entre duas concepções: o monismo do conceito institucional da literatura e o pluralismo das comunidades interpretativas. Para Stanley Fish (1980, p. 171), as comunidades interpretativas “são integradas por aqueles que compartilham estratégias interpretativas não para leitura (no sentido convencional), mas para a elaboração de textos, para a constituir suas propriedades e atribuir intenções”, donde as estratégias preexistentes precedem o ato de ler e conseqüentemente determinam a forma do que é lido. Stanley Fish considera que as estratégias interpretativas não são naturais nem universais. São adquiridas através de processos de aprendizagem. E, por outro lado, a aptidão para interpretar é “constitutiva do ser humano” (FISH, 1980, p. 172). Stein Haugon Olsen dirige várias críticas aos defensores da “teoria das múltiplas das comunidades interpretativas”. Em primeiro lugar, observa que dela não deriva qualquer princípio para distinguir uma comunidade interpretativa de outras, considerando que as noções de comunidades interpretativas e estratégias interpretativas são vagas. Em segundo lugar, as diferentes interpretações das comunidades interpretativas apenas fazem sentido num quadro que garanta a identidade da obra de arte ao passar de uma interpretação para outra. Em se perdendo a identidade da obra, é difícil formular desacordos entre as comunidades interpretativas acerca da interpretação das obras literárias. Em terceiro lugar, admitindo-se a existência de comunidades interpretativas diferentes não faz sentido falar de comunicação entre diferentes comunidades interpretativas acerca de uma mesma obra ou de um mesmo texto. Em quarto lugar, é discutível e improvável que todos os membros de uma mesma comunidade concordem necessariamente sobre a interpretação da obra de arte literária, se não existir um acordo interpretativo que seja o critério para identificar uma comunidade interpretativa (OLSEN, 2005, p. 28-29). A consistência dos argumentos que caracterizam o monismo de Peter

Lamarque e Stein Haugon Olsen, por um lado, e o pluralismo de Stanley Fish, por outro lado, deve ser avaliada sob os auspícios das alternativas propostas a partir de contraexemplos das filosofias e das literaturas não ocidentais, podendo assim afastar o espectro do sectarismo filosófico. É por admitirmos a existência de outras Humanidades que a investigação do caráter institucional das Literaturas Africanas supõe uma epistemologia disciplinar que se ocupe de problemas específicos, para lá da bipolaridade subjacente aos debates entre o monismo e o pluralismo. Por essa razão, o poder explicativo de forte pendor monista atribuído ao conceito analítico de literatura por Stein Haugon Olsen não pode ser generalizado, desde logo por estar vinculada às tradições ocidentais. Trata-se de um conceito de fraca validade argumentativa e reduzido alcance epistemológico. Se operarmos com a noção de textualidade literária constituindo-a como centro gravitacional da problemática, admitimos que a construção de uma “ordem do texto” supõe um “paradigma erotérico” (cf. JACQUES, 2002) onde as perguntas e as respostas alargam conseqüentemente a extensão do conceito de literatura, das “convenções constitutivas da prática literária” e “convenções reguladoras do texto literário” (OLSEN, 2005, p. 20) ao universo de referentes que englobam o texto literário oral e às comunidades interpretativas da “razão oral”, o “logos oral enunciado de viva voz, em situação de performance, numa trama temporal que institui um desafio à sua retenção duradoura [...]”.ⁱⁱⁱ Na tradição da Filosofia Analítica euro-americana, os problemas que implicam a negação do sectarismo filosófico ocidental foram examinados por Ludwig Wittgenstein e Williard Quine. Ludwig Wittgenstein reflete sobre a inevitabilidade dialética dos esquemas conceituais que de um modo geral revelam a existência de jogos de linguagem fundados em razões e princípios diferentes. Wittgenstein (2012) denuncia esta vocação altericida e epistemicida (§§609, 610, 611 e 612)^{iv} que encontra uma das suas mais elevadas expressões na ação dos missionários durante o processo de conversão cristã dos africanos, por exemplo. Será verdade que o facto de uma comunidade consultar o oráculo e não reconhecer a Física para compreender a causalidade de determinados fenômenos naturais prova algum erro? Para Wittgenstein (1995, §7), a qualificação do ato cognitivo dessa comunidade com a finalidade de combatê-la, ignora o seu “jogo de linguagem”, isto é, o “todo formado pela linguagem com as atividades com as quais ela está entrelaçada [...]”. Por essa razão, Wittgenstein opera com a noção de “multiplicidade de jogos de linguagem” que não se pode perder de vista (§24). As convenções constitutivas e reguladoras de que fala Stein Haugon Olsen correspondem àquilo a que Wittgenstein designa por gramática da palavra “saber” ou “regras a seguir” que se assemelham ao significado das palavras “conhecer”, “ser capaz”. Por outras palavras, a competência para seguir uma regra traduz a capacidade de obedecer a uma ordem. “É-se para isso adestrado e reage-se de uma

determinada maneira” (1995, §206). Para o “tardio” Wittgenstein, parece que introduzir o tópico do contextualismo no seu discurso realiza uma guinada comunitarista, os jogos de linguagem e a gramática das regras a seguir são adquiridos em processos de socialização e transmissão de conhecimentos. Esses processos funcionam como “coeficientes tácitos da cultura partilhada por uma comunidade” (POLANYI, 1992, p. 203), configurando aquilo a que Michael Polanyi designa por atos prévios de filiação – “previous act of affiliation” – atos através dos quais se edifica o sentimento de pertença a uma comunidade a partir do momento em que a criança se submete à educação, confirmada ao longo da vida e enquanto adulto continua a depositar excepcional confiança nos líderes intelectuais da comunidade (POLANYI, 1992, p. 207). Os contributos de Willard O. Quine constituem uma das mais expressivas iconoclastias da Filosofia Analítica no século XX. Desde logo, a crítica aos dois dogmas do empirismo moderno e a rutura com os paradigmas das correntes dominantes da Filosofia Analítica: o reducionismo radical e a dicotomia entre conceitos analíticos e conceitos sintéticos. Segundo a primeira doutrina, “cada enunciado com sentido pode ser considerado traduzível em enunciado (verdadeiro ou falso) sobre a experiência imediata” (QUINE, 1999, p. 164). Para Quine, não são as palavras conformadoras dos enunciados que contam de modo isolado. Numa perspectiva holística, a unidade de significação empírica é o todo. Nesta medida, as afirmações sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensorial não individualmente, mas apenas como pessoa coletiva. O dogma da dicotomia dos conceitos sintéticos e analíticos estabelece uma fronteira, de um lado, entre afirmações sintéticas que, por força de alguma contingência, assentam na experiência e, de outro lado, as afirmações analíticas que dependem de acontecimentos casuais. No dizer de Quine, ambos os dogmas têm uma raiz idêntica. Aos problemas colocados pelo segundo dogma são aplicáveis as soluções resultantes do primeiro. Por isso considera ser absurdo falar de um componente linguístico e um componente factual na verdade de qualquer enunciado individual, porque tomadas em conjunto no âmbito da ciência ambos têm a uma dupla dependência da linguagem e da experiência, mas tal dualidade não é rastreável significativamente nas afirmações da ciência tomadas uma a uma (QUINE, 1999, p. 166). A proposta de uma abordagem da instituição literária à luz da Filosofia Analítica não pode prescindir do caudal das rupturas produzidas por Wittgenstein e Quine na segunda metade do século XX. No contexto africano, os problemas suscitados pela instituição literária e suas práticas, especialmente a interpretação e ensino das Literaturas Africanas, mobilizam igualmente reflexões metodológicas inscritas na tradição da Filosofia Analítica. Ora, se o referido debate sobre as convenções constitutivas da literatura e das comunidades e estratégias interpretativas, desencadeado num ambiente tipicamente europeu e norte-americano, parece ter

produzido soluções aos problemas que se colocam, o teste para determinar a persistência dos problemas ocorrerá com a resposta à seguinte pergunta, já formulada na secção anterior deste capítulo: existirão propriedades culturais universais? Kwasi Wiredu é um dos filósofos africanos que respondem à pergunta ao considerar que a filosofia pode ser universal, mas mantém fortes vínculos com a cultura de um determinado lugar. O que se observa no tipo de indagações que estimulam a investigação filosófica e o conteúdo das teses que daí emergem (WIREDU, 1980, p. 33). Segundo Wiredu, a relevância da cultura verifica-se nos efeitos que a linguagem produz sobre o pensamento filosófico. Tal facto legitima a vigilância epistemológica dos africanos que estudam filosofias estrangeiras em línguas estrangeiras (p. 34)^v. Deste modo, reconhecendo as virtualidades de uma conceitualização que ultrapassa a dicotomia entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, no âmbito da nossa investigação o conceito de instituição literária com que operamos deve ter em atenção o contexto cultural em que se efetiva^{vi}. É o que pode suceder quando se aplica a metodologia da Filosofia Analítica ao estudo das literaturas orais em África. A este propósito, a especificidade dos problemas filosóficos africanos verifica-se na determinação dos “modos de existência” da obra literária, sobretudo no momento em que se exigem respostas às seguintes perguntas: o conceito de literatura de obra literária comporta o texto oral? Como se caracteriza o texto oral? As correntes da Filosofia da Literatura que investigam a dimensão ontológica da obra literária não reconhecem qualquer singularidade aos problemas suscitados pela literatura oral. Tendo o seu pressuposto fundado no predomínio do texto escrito, elas dão primazia à abordagem geral do estatuto ontológico da obra literária ignorando a oralidade como prática discursiva e forma de manifestação da textualidade. Com efeito, a apologia de uma Filosofia da Literatura visando às determinações ontológicas da literatura oral supõe a observância de algumas condições. Para Mamousse Diagne (2006), a existência da filosofia num meio cultural caracterizado pela oralidade deve ter em atenção as questões associadas ao contexto “performancial” no qual se produz o discurso, aos procedimentos que a sua produção implica e à avaliação dos seus efeitos. Entre os mais relevantes problemas filosóficos da textualidade oral podemos identificar duas instâncias que sustentam o seu modo de existência: autor e o público. Relativamente ao primeiro, Mamousse Diagne (2006, p. 69) refuta com razão a tese do anonimato ou do unanimismo dos textos orais, na medida em que na sua conceção inicial encontra-se sempre um indivíduo singular. No mesmo sentido situamos Isidore Okpewho (1992, p. 30), quando considera ser difícil identificar autores das obras criativas na literatura oral devido ao deliberado processo de supressão da sua identidade. Kwesi Yankah é mais específico, quando estuda a problemática da identificação dos autores de provérbios na tradição cultural Akan do Gana. Segundo Yankah, “in assignment

authorship, the possessive pronoun is emphasized, and the proverb or saying is referred to as owned by the named individual” . Deste modo, a subsequente e sistemática reprodução de tais obras por outros membros da comunidade interpretativa não impede o reconhecimento de autoria do texto oral. Por essa razão, Isidore Okpewho defende a necessidade de estudar os mecanismos através dos quais a personalidade dos autores determina a modelação do conteúdo do texto oral. O que pode ser suportado pela comparação das suas variantes e versões, na medida em que o artista opera com “um vasto texto virtual e objetivo da tradição”, que se impõe como uma realidade extrapessoal, preexistente e concentração de determinismos (NGAL, 1977, p. 49). Mas entre os elementos cruciais que permitem compreender a complexidade do sistema literário da oralidade encontramos as circunstâncias (performance) em que o artista se revela perante o público. Trata-se da problemática dos contextos de enunciação, um domínio que tem merecido particular interesse de especialistas dos estudos literários e da filosofia. Percorrendo a agenda de pesquisa dos investigadores africanos, verifica-se que ela inscreve trabalhos e resultados que tematizam as condições e o modo de existência da obra literária. Perante a “escritofilia” dominante no universo dos estudos literários e da filosofia, tais reflexões são manifestações expressivas de uma ruptura epistemológica, na medida em que partem de um pressuposto fundado na “verbofilia”^{vii}. Quando procedia ao levantamento da investigação no domínio dos estudos das literaturas orais africanas em 1985, Kofi Anyidoho (1985) considerava que a deslocação metodológica do texto para o contexto constituía um dos avanços assinaláveis, passando a literatura oral a ser estudada como *performance* e acontecimento. Para Kofi Anyidoho, tal mudança devia-se ao crescente aumento de encontros internacionais, edições de revistas especializadas e estudos consagrados às tradições individuais das literaturas orais africanas a partir da década de 70 do século XX. As principais tendências da investigação desenvolviam-se no plano da teoria e da metodologia compreendendo os estudos comparados, a influência da tradição oral na obra de escritores africanos e a exploração das continuidades ou transformações nas tradições orais africanas das diásporas. A orientação etnográfica e antropológica das pesquisas fora substituída por abordagens que demandavam a exploração da dimensão estética e literária, bem como dos recursos paralinguísticos. Pode dizer-se que a mudança de paradigma na investigação das literaturas orais africanas tem lugar por força do crescimento progressivo de publicações especializadas de autores africanos cujo traço distintivo consistia no facto de serem detentores de uma competência linguística que permitia a realização de estudos aprofundados sobre as suas comunidades étnicas de origem. No espaço epistémico africano, o inventário comporta alguns nomes de autores e obras de referência, dos quais se destacam os seguintes: S.Abedoye Babalola (nigeriano), *The Content and Form of Yoruba Ijala*,

a primeira obra revolucionária (1966); Daniel P. Kunene (sul-africano), *Heroic Poetry of the Basotho* (1971); Kofi Awoonor (ganense), *Guardians of the Sacred Word* (1971); John Pepper Clark Bekederemo (nigeriano), *The Ozidi Saga* (1977); Isidore Okpewho (nigeriano), *The Epic in Africa* (1979). Já no espaço epistémico não africano, a mais representativa publicação é o livro de Ruth Finnegan, *Oral Literature in Africa* (1969). Portanto, o debate sobre a conceção institucional das Literaturas Africanas introduz um novo círculo de problemas no campo da Filosofia da Literatura. Apesar de serem escassas as reflexões filosóficas sistemáticas consagradas exclusivamente às Literaturas Africanas, importa trazer à colação os pontos de intersecção da filosofia e da literatura numa cartografia que permite identificar a questão epistemológica central respeitante às condições de possibilidade de um diálogo interdisciplinar^{viii}. A singularidade da referida questão epistemológica revela-se quando examinamos o provérbio que, além de ser um dos géneros das práticas discursivas das civilizações da oralidade, é igualmente uma das fontes do pensamento filosófico africano. Neste sentido, o estudo das literaturas orais em África reconduz-se necessariamente à investigação filosófica aprofundada daquilo a que Odera Orika (1997) designava por “sage philosophy”^{ix}. Entre os desafios metodológicos de vulto emergem problemas conceituais e hermenêuticos que implicam a relativização do conceito institucional de literatura, das convenções constitutivas e reguladoras da instituição literária. Trata-se de uma tarefa que solicita a esquematização de um itinerário para responder a uma questão fundamental: o que são as Literaturas Africanas? Entre as mais estimulantes reflexões teóricas e críticas encontramos a que é formulada numa obra coletiva publicada na década de 80 do século XX^x. Para Chinweizu, Onwuchekwa Jemie e Ihechukwu Mabubwike (1980, p. 307-308), as definições essencialistas semelhantes às entradas de dicionários que enumeram as condições necessárias e suficientes não têm grande utilidade. O procedimento mais produtivo reside no recurso à definição extensional articulada às “parecenças de família” que, usadas de modo pragmático, permitem determinar, em casos de dúvida e difícil classificação, qual deles pode ser incluído no indiscutível cânone das Literaturas Africanas. Apropriando-se da noção wittgensteniana de «parecenças de família», os referidos autores procuram estabelecer critérios “genuinamente autônomos” para a avaliação das Literaturas Africanas. Propõem, deste modo, a seguinte formulação:

It seems to us quite clear that works done for African audiences, by Africans, and in African languages, whether these works are oral or written, constitute the historically indisputable core of African literature. Works done by Africans but in non-African languages, and works done by non-Africans in African languages, would be among those for which some legitimate doubt might be raised about their inclusion or exclusion from the canon of works of

African Literature, and it is for them that some decision procedure would have to be established. [...] Inclusion within a national literature is something to be determined by shared values and assumptions, world outlook, and other fundamental elements of culture – ethos in short. Although language does embody and is a vehicle for expressing cultural values, it is not the crucial generator of those values and cannot alone be relied upon to supply literary criteria (CHINWEIZU; JEMIE; MABUBWUIKE, 1980, p. 11-12).^{xi}

Definições como estas, representativas de uma produção reflexiva endógena de intelectuais africanos e constituindo marcos de um pensamento crítico, contribuem para a instauração de uma teoria das Literaturas Africanas.

Referências:

ANYIDOHO, Kofi. The Present State of African Oral Literatures Studies. In: ARNOLD, Stephen (ed.). *African Literatures Studies: The Present State/L'État Présent*. Washington: Three Continents, 1985. p. 151-161.

APPIAH, Anthony Kwame. African Philosophy and African Literature. In: WIREDU, Kwasi (ed.). *A Companion to African Philosophy*. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 538-548

BIDIMA, Jean Godefroy, Philosophy and Literature in Francophone Africa. In: WIREDU, Kwasi (ed.). *A Companion to African Philosophy*. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.549-559.

CHINWEIZU; JEMIE, Onwuchekwa; MABUBWUIKE, Ihechukwu. *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics*, Enugu: Fourth Dimension Publishing, 1980.

DIAGNE, Mamousse. *La Critique de la Raison Orale. Les Pratiques Discursives en Afrique Noire*, Paris: Celtho; IFAN; Karthala, 2006.

DOSSOU, François. Écriture et oralité dans la transmission du savoir. In: HOUNTONDJI, Paulin (org.). *Les Savoirs Endogènes. Pistes pour une Recherche*. Paris: Karthala, 1994. p. 257-282.

FISH, Stanley. *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1980.

JACQUES, Francis. *De la textualité. Pour une textologie générale et comparée*. Paris: Maisonneuve, 2002.

LAMARQUE, Peter. *The Philosophy of Literature*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

LAMARQUE, Peter; OLSEN, Stein Haugon. *Truth, Fiction and Literature*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

NGAL, Georges. O artista africano: tradição, crítica e liberdade criadora. In: Société Africaine de Culture (org.). *Le Critique Africain et son Peuple comme Producteur de Civilization*. Paris: Pr sence Africaine, 1977.

OKPEWHO, Isidore. *African Oral Literature. Backgrounds, Character and Continuity*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

OLSEN, Stein Haugon. The Concept of Literature. An Institutional Account. In: PETERSSON, Anders; OLSEN, Stein Haugon (ed.). *From Text to Literature*. New Analytic and Pragmatic Approaches. London: Palgrave Macmillan, 2005. p.11-31.

ORUKA, Henry Odera. Sagacious Reasoning. GRANESS, Anke; KRESSE, Kai (ed.). *Memoriam*. Frankfurt: Peter Lang, 1997.

PETERSSON, Anders. The Concept of Literature: A Description and an Evaluation. In: PETERSSON, Anders; OLSEN, Stein Haugon (ed.). *From Text to Literature*. New Analytic and Pragmatic Approaches. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 106-127.

POLANYI, Michael. *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*. Chicago: Chicago University Press, 1992

QUINE, Willard. Two Dogmas of Empiricism. In MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen (ed.). *Concepts. Core Readings*. Cambridge; Massachusets; London: Massachusets Institute of Technology, 1999.

WIREDU, Kwasi. *Philosophy and an African Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da Certeza*. Lisboa: Edi  es 70, 2012

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado L gico-Filos fico. Investiga  es Filos ficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

YANKAH, Kwesi. *The Proverb in the Context of Akan Rhetoric*. New York: Diasporic African Press, 2012.

ⁱ Ensa ista e crítico literário angolano. Professor da Universidade Gregório Semedo (Luanda)

ⁱⁱ Numa formula  o inaugural do que pode ser entendido por Filosofia da Literatura, Peter Lamarque (2009, p. vii) escreve: “The philosophical investigation of literature is a probing into practices and procedures but it does not offer a history of those practices or a sociological analysis of them. It looks at the underlying conventions and assumptions that give the practices what distinctive identity they have and seeks to find a coherent perspective that makes sense of them”.

ⁱⁱⁱ Mamousse Diagne replica a f rmula “lógica da escrita” de Jack Goody, definida a partir da relação com o suporte material através do qual se fixa e transmite o pensamento. E na mesma medida pensa nas restrições impostas pelo contexto oral das produções discursivas na “civilização da oralidade”, cuidando dos procedimentos operatórios específicos que definem a “lógica da oralidade”.

^{iv} “609. Suponhamos que encontrávamos pessoas que não consideravam aquela uma razão conclusiva. Como, pois, imaginar isso? Em vez do físico, elas consultariam, por exemplo, um oráculo. (E, por esse motivo, consideramos primitivas.)   errado consultar um oráculo e orientar-se por ele? – Se chamamos a isso ‘errado’, já não partimos do nosso jogo de linguagem para combater o delas? 610. E temos ou não temos razão quando o combatemos?   certo que o nosso procedimento será apoiado por todos os tipos de chav es (slogans). 611. Onde realmente se

cruzam dois princípios que não podem ser conciliados entre si, cada um declarando o outro louco e herético. 612. Eu disse que ‘combateria’ o outro – mas então não lhe daria razões? Claro; mas até onde chegariam elas? No fim das razões há a persuasão. (Pensemos no que acontece quando os missionários convertem os nativos).” (WITTGENSTEIN, 2012, p. 337-339).

^v “The nature of a given philosophical position may be influenced by the structure and other characteristics of the language in which it is formulated, and may derive plausibility from the form itself of the expression. Here is a good reason for extra vigilance on the part of an African who studies foreign philosophies in foreign languages. When we learn a new natural language we also, to a certain extent, learn a philosophy» (WIREDU, 1980, p. 34).

^{vi} Para Peter Lamarque, a abordagem do estatuto ontológico da literatura fundada no contextualismo em suas diversas modalidades (histórico, semântico e cultural) faz apelo a procedimentos mais flexíveis de tal modo que não seja exclusivamente o contexto espaço-temporal a determinar as propriedades essenciais da obra literária. Apesar disso, considera que o argumento central do contextualismo segundo o qual a identidade da obra é limitada pelas condições históricas da sua produção e pelas convenções institucionais, continua intacto. O contextualismo semântico e cultural revela-se mais problemático.

^{vii} François Dossou (1994) emprega os dois neologismos, verbofilia e escritofilia, quando aborda os problemas que subjazem à coexistência da oralidade e da escrita nos processos de transmissão do saber em África. A mistificação da escrita transforma-a em símbolo hegemônico do saber, lançando-se a oralidade para um lugar marginal da esfera do irracional.

^{viii} Em dois capítulos de uma obra de referência da filosofia africana, Kwame Anthony Appiah (2004) e Jean Godefroy Bidima (2004) propõem uma análise do modo como a filosofia cruza com a literatura. Appiah examina a problematização da identidade africana na obra dramaturgica e ensaística de Wole Soyinka. Já Bidima passa em revista as manifestações dessa fertilização cruzada nas literaturas de língua francesa, referindo entre outros o problema estético da literatura oral.

^{ix} “Sage philosophy consists of the expressed thoughts of wise men and women in any given community and is a way of thinking and explaining the world that fluctuates between popular wisdom (well-known communal maxims, aphorisms and general common sense truths) and didactic wisdom (an expounded wisdom and a rational thought of some given individuals within a community). While popular wisdom is often conformist, didactic wisdom is at times critical of the communal set-up and popular wisdom. Thoughts can be expressed in writing or as unwritten sayings and arguments associated with some individual (s)” (ORUKA, 1997, p. 61).

^x Trata-se da obra *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics* (CHINWEIZU; JEMIE; MABUBWUIKE, 1980).

^{xi} Parece-nos evidente que as obras feitas para o público africanos, pelos africanos, e em línguas africanas, se essas obras são oral ou escrito, constituem o núcleo historicamente indiscutível da literatura Africano. Trabalhos realizados por africanos, mas em línguas não-africanas, e trabalhos realizados por não-africanos em línguas africanas, estaria entre aqueles para os quais algumas dúvidas legítimas pode ser levantadas sobre a sua inclusão ou exclusão do cânone de obras de literatura Africano, e é para eles que algum procedimento de decisão teria de ser estabelecida. [...] A inclusão dentro de uma literatura nacional é algo a ser determinada por valores compartilhados e premissas, visão de mundo, e outros elementos fundamentais da cultura - ethos em curto. Embora a linguagem faz incorporar e é um veículo para expressar valores culturais, não é o gerador fundamental desses valores e não pode por si só ser invocada para fornecer critérios literários (Chinweizu, Jemie e Mabubwuike 1980, p.11-12). (tradução minha).